

A Relevância da Produção de Conhecimento por Populações Vulneráveis em uma Perspectiva de Ecologia de Saberes

Michel Fernandes da Rosa¹

Resumo

O presente ensaio busca em um primeiro momento contextualizar o surgimento de conflitos ambientais no cenário brasileiro, demonstrando como o modelo de desenvolvimento económico adotado pelo Brasil está a gerar tais conflitos e a produzir injustiça ambiental. Em seguida pretende-se fixar os conceitos da matriz teórica da epistemologia do sul e ecologia de saberes, para que em seguida seja possível, com base nesta matriz teórica, reivindicar e justificar a necessidade do protagonismo das populações vulneráveis na produção de conhecimento como uma forma de enfretar o cenário de injustiça antes apontado.

Palavras-chave: Conflitos Socioambientais; Desenvolvimento; Produção de Conhecimento; Populações Vulneráveis; (In)Justiça Ambiental.

Abstract

This essay seeks at first contextualize the emergence of environmental conflicts in the Brazilian scenario, demonstrating how the economic development model adopted by Brazil is generating such conflicts and producing environmental injustice. Then we intend to fix the array of theoretical concepts of epistemology Southern and ecology of knowledge, so then it is possible, based on this theoretical framework, invoke and justify the need for the protagonism of vulnerable populations in the production of knowledge as a form to face the scenario of injustice before appointed.

Keywords: Environmental Conflicts; Development; Production of Knowledge; Vulnerable Populations; Environmental (In)Justice.

¹ Doutorando em Sociologia na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra; Mestre em Sociologia pela Universidade de Coimbra (2012); Especialista em Direito Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2009); Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2004). Bolsista Capes Processo 1749-13-7.

Filiação institucional: CAPES Foundation, Ministry of Education of Brazil, Brasília – DF 70040-020.

Introdução

Pretendo neste breve ensaio discutir a utilização conceitual de epistemologia(s) do Sul e ecologia de saberes para reivindicar a relevância do conhecimento produzido pelas populações atingidas pelos impactos socioambientais causados pelo modelo de desenvolvimento económico hegemónico.

Começo por realizar uma breve contextualização do modelo de desenvolvimento económico brasileiro, que adota uma linha preponderantemente desenvolvimentista baseada na industrialização e da sua relação com o modelo hegemónico neoliberal globalizado. Com isso pretendo destacar que tal modelo sustenta-se numa divisão internacional do trabalho onde os países periféricos e semi-periféricos concentram seus investimentos na produção de commodities para alavancar seu desenvolvimento económico.

Entretanto, verifica-se uma realidade de conflitos socioambientais envolvendo as populações afetadas pelos impactos desse modelo de desenvolvimento e pelos riscos que decorrem das grandes obras de infraestrutura, do agronegócio, da extração de minérios, etc.

Diante desse cenário, pretendo articular essa realidade em uma análise teórica a partir do reconhecimento das linhas abissais causadas pelo modelo hegemónico, e questionar a relevância dos conhecimentos rivais produzidos pelas populações vulneráveis e de uma epistemologia do Sul para enfrentar os impactos e os riscos socioambientais que são evidenciados pela ação social.

O modelo hegemónico dá visibilidade aos indicadores económicos e por outro lado invisibiliza ou trata como não relevante as demandas decorrentes dos impactos socioambientais que sofrem as populações atingidas, como, por exemplo, os riscos à saúde coletiva e os conflitos decorrentes da resistência de movimentos sociais aos grandes empreendimentos. Ainda mais, desconsidera a relevância do conhecimento produzido pelas populações atingidas por esses impactos.

O argumento deste ensaio é que o resgate de conhecimentos alternativos e do protagonismo das populações atingidas na produção de conhecimento através de uma ecologia de saberes oferece importantes ferramentas para lidar com e evitar tais riscos, ou seja, é fundamental contra o desperdício da experiência.

O Contexto Brasileiro e a Geração de Conflitos

O Brasil a partir do governo Luiz Inácio Lula da Silva – Lula - (2003-2010) oscilou em suas políticas económicas entre o neoliberalismo e o desenvolvimentismo. Nos primeiros anos caracterizou-se pela continuidade das políticas macroeconómicas neoliberais do seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso. Entretanto, a partir do ano de 2006, o governo Lula passou a adotar novas políticas que se mesclaram às políticas macroeconómicas neoliberais, estabelecendo-se dali em diante uma política económica híbrida que segue-se até hoje no governo da sua sucessora Dilma Rouseff (Morais e Saad-Filho, 2011).

Devido à peculiaridade do modelo brasileiro, alguns autores desenvolveram uma proposta teórica segundo a qual o modelo adotado pelo Brasil, sobretudo a partir de 2006, é chamado de novo-desenvolvimentismo ou neodesenvolvimentismo (Bresser-Pereira, 2003).

Interessa aqui demonstrar algumas características do atual capitalismo brasileiro relevantes para a análise que proponho realizar. Nesse sentido, convém destacar que após disputas internas entre a visão neoliberal e a visão desenvolvimentista, preponderou a opção por um ativismo estatal voltado para a redução da desigualdade da distribuição de renda e para o investimento público, o que acabou levando (dentre outras políticas sociais e económicas) a um grande programa de investimento plurianual denominado Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), centrado no investimento em energia e transporte e que articulou o investimento público com o investimento das empresas estatais e privadas através de concessões em infraestrutura, forte expansão do crédito para investimento com apoio do setor bancário público (Morais e Saad-Filho, 2011).

Tal modelo apresentou resultados positivos especialmente no que tange aos índices de desenvolvimento económico, que colocaram o Brasil em uma nova posição na geopolítica internacional e refletiram na sua participação no contexto capitalista mundial.

O Brasil destaca-se enquanto uma das economias emergentes do planeta com índices de crescimento económico relevantes no cenário internacional, e é um dos maiores produtores e exportadores de commodities do mundo, isto é, mercadorias, principalmente géneros agrícolas, minérios e seus processamentos como o ferro, o aço

e o alumínio, que são produzidas em larga escala e comercializadas em nível mundial. Isso faz do processo de desenvolvimento económico brasileiro profundamente conectado com o mercado globalizado (Porto e Milanez, 2009).

Este modelo adotado pelo Brasil provoca um crescimento desigual e excludente, onde se vê uma melhora nos indicadores económicos desproporcional à melhora de indicadores sociais como, por exemplo, do Índice de Desenvolvimento Humano (Carneiro et al, 2012).

Como bem destacam Porto e Milanez (2009), o comércio internacional de commodities intensifica as desigualdades sociais e a degradação ambiental na medida em que se baseia em preços de mercadorias que não incorporam degradações ambientais, os efeitos sociais da concentração de renda e poder para as populações, tampouco os impactos à saúde gerados pelas fases mais agressivas da cadeia produtiva. Consequência lógica disso é a geração de conflitos:

Conflitos socioambientais podem ocorrer no momento de extração dos recursos naturais, da geração de energia utilizada ou na produção de mercadorias, estando presentes em praticamente todo o planeta, porém tendem a se intensificar nos países exportadores de commodities. Os conflitos podem estar associados a diversas atividades e setores, como a ocupação de terras para a produção agrícola e animal; a poluição causada por fábricas, veículos e depósitos de resíduos; as minas de ferro, bauxita e urânio; fundições, siderúrgicas e fábricas de alumínio; extração e refino de petróleo ou de gás; ou ainda a extração de material de construção (Porto e Milanez, 2009: 1986).

Os conflitos aqui referidos inserem-se em um contexto de disputas entre os interesses de grandes corporações associadas muitas vezes ao governo brasileiro e das populações vulneráveis que vivem em regiões afetadas pelos impactos de grandes obras estruturais para o modelo de desenvolvimento adotado, extração de minérios, agronegócio, etc, e que denunciam essa situação como injustiça ambiental (Porto, 2007).

Nesse sentido merece destaque o trabalho da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), que surgiu a partir de uma articulação entre representantes de movimentos sociais, sindicatos, ONGs, entidades ambientalistas, organizações afrodescendentes e indígenas, e pesquisadores universitários. Seu objetivo é, a partir da troca de experiências e informações entre esses atores sociais, promover uma rede de apoio nas suas lutas e realidade de conflitos socioambientais. As discussões que marcaram a criação da RBJA (que foi lançada oficialmente no Fórum Social Mundial de 2010)

centraram-se no fato de o modelo de desenvolvimento dominante no Brasil destinar as maiores cargas de danos ambientais às populações socialmente mais vulneráveis, pobres e discriminadas da sociedade, o que reflete a enorme concentração de poder na apropriação do território e dos recursos naturais que caracteriza a história brasileira (Porto e Milanez, 2009).

Nessa esteira, o Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil é uma iniciativa que surge a partir desta articulação, que neste caso reuniu a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) e contou com o apoio do Departamento de Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde. O sítio eletrônico apresenta informações sistematizadas de cerca de trezentos casos espalhados por todo o território brasileiro envolvendo conflitos onde são denunciadas situações de injustiça ambiental.

Um primeiro aspecto do Mapa, de natureza conceitual e política, diz respeito ao seu foco principal. Nosso objetivo não se reduz a listar territórios onde riscos e impactos ambientais afetam diferentes populações, mas sim tornar públicas vozes que lutam por justiça ambiental de populações freqüentemente discriminadas e invisibilizadas pelas instituições e pela mídia. Muitos casos mostram como tais populações são ameaçadas e vítimas de violência quando buscam exercer sua cidadania, ao defenderem seus direitos pela vida, que incluem a terra, a saúde, os ecossistemas, a cultura e a construção de uma sociedade mais humana, saudável e democrática. A prática de uma ciência cidadã adotada neste projeto assume uma posição ética solidária com tais populações, reconhecendo que os problemas e conflitos apresentados são complexos e exigem soluções de curto, médio e longo prazo, incluindo mudanças estruturais nos sistemas de produção e consumo das sociedades capitalistas modernas, bem como nas políticas públicas e práticas das organizações (Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ).

As iniciativas aqui referidas são tentativas de reverter uma realidade onde as populações atingidas sofrem um processo de invisibilização enquanto produtores de conhecimento, vez que lhes cabe no máximo o papel de vítimas dos impactos socioambientais do desenvolvimento. Dessa forma o conhecimento produzido pelas populações atingidas é tratado como não existente ou não relevante para a elaboração de políticas relativas a essas próprias populações.

Um exemplo de como ocorre este processo de invisibilização está nos estudos ambientais prévios, que são uma exigência contida no artigo 225, §1º, IV da Constituição brasileira e cujo objetivo é prevenir, mitigar e/ou compensar os impactos

ambientais e sociais causados por determinado empenhimento. Tais estudos fundamentam-se invariavelmente em trabalhos realizados por consultorias especializadas contratadas pelos próprios governos e pelos empreendedores, ou seja, pelos maiores interessados na realização das obras e causadores dos impactos. Além disso, a sua fundamentação está no conhecimento técnico-científico enquanto a experiência e o conhecimento local são irrelevantes para a apreciação de riscos e impactos.

Essa situação é evidente, dentre tantos outros, no caso da Usina Hidroelétrica Belo Monte, ante a discrepância entre a visão governamental e dos empreendedores e a visão de movimentos sociais, dentre os quais destacamos aqui o Movimento dos Atingidos por Barragens e do Movimento Xingu Vivo Para Sempre (Ministério da Integração Nacional, 2010) (Governo Federal do Brasil; Eletrobrás; Ministério de Minas e Energia, 2009) (Movimento dos Atingidos por Barragens, 2013) (Movimento Xingu Vivo Para Sempre, 2012).

A ideia deste ensaio é a utilização conceitual da epistemologia do sul e da ecologia de saberes para lidar com essa realidade de conflitos gerados nas condições acima referidas. Isso por entender que tal matriz teórica oferece alternativa para enfrentar os efeitos da globalização hegemónica ao dar destaque àquilo que é invisibilizado por este modelo, assim como por propor uma diferente configuração de saberes e sua relevância para a luta emancipatória, como pretendo demonstrar a seguir.

O Pensamento Pós-Abissal e as Epistemologias Do Sul

João Arriscado Nunes, introduz o artigo intitulado O Resgate da Epistemologia (2009) com a indicação do caminho percorrido por Boaventura de Sousa Santos para chegar à formulação de um pensamento pós-abissal, associado a uma ecologia dos saberes:

É na obra recente de Boaventura de Sousa Santos – que nos ofereceu algumas das mais pertinentes e avançadas reflexões críticas sobre a longa crise da epistemologia enquanto projecto normativo associado à ciência moderna –, que vamos encontrar a formulação mais radical e, ao mesmo tempo, mais consistente de um “pensamento alternativo de alternativas” neste domínio. Trata-se de um projecto que, como procuro argumentar mais adiante, vai mais além das críticas da epistemologia que abriram caminho ao actual ambiente intelectual “pós-epistemológico”,

refundando radicalmente a própria noção de epistemologia no quadro do que o autor designa como “pensamento pós-abissal” (Nunes, 2009: 215-216).

Segundo Santos, o pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal. Argumenta o autor que as linhas cartográficas abissais que demarcavam o Velho e o Novo Mundo na era colonial subsistem estruturalmente no pensamento moderno ocidental e permanecem constitutivas das relações políticas e culturais excludentes mantidas no sistema mundial contemporâneo e que a injustiça social global estaria estritamente associada à injustiça cognitiva global. Assim, a luta por uma justiça social global requer a construção de um pensamento pós-abissal, cujos princípios são apresentados como premissas programáticas de uma ecologia dos saberes (Santos, 2007).

Conforme esta teoria, o pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal que consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis fundamentam as visíveis. As visíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo “deste lado da linha” e o “do outro lado da linha”. A divisão é tal que o “outro lado da linha” desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente, ou melhor, é produzido como inexistente. É incompreensível e é excluído de forma radical porque permanece exterior ao universo que a própria concepção aceita de inclusão considera como sendo o Outro. Para o pensamento abissal, os dois lados da linha não podem conviver no mesmo espaço. Para além da linha que divide os dois lados, resta apenas inexistência, invisibilidade e ausência não dialética (Santos; 2007).

O conhecimento e o direito moderno são as duas principais linhas abissais globais dos tempos modernos. No campo do direito, o lado visível da linha opera na dicotomia legal/ilegal, como as duas únicas formas relevantes de existência perante a lei. Assim sendo deixa do lado de fora todo o universo em que ela é impensável como o sem lei, o fora da lei, o a-legal, ou o campo dos direitos não reconhecidos como tal (Santos, 2007).

No que tange ao campo do conhecimento, o pensamento abissal concede à ciência moderna o monopólio da distinção universal entre o verdadeiro e o falso. Assim sendo, no lado visível da linha estão os debates na construção da verdade científica e a tensão com outras verdades possíveis que podem ser produzidas em inconformidade com o

método científico, como é o caso da razão como verdade filosófica e da fé como verdade religiosa. Já do outro lado da linha estão outras formas de conhecimento que não se encaixam em nenhuma das formas de conhecer visibilizadas. São os conhecimentos populares, camponeses ou indígenas, por exemplo. Eles desaparecem como conhecimentos relevantes ou comensuráveis, por se encontrarem para além do universo do verdadeiro e do falso (Santos, 2007).

Em cada um dos dois grandes domínios – a ciência e o direito – as divisões levadas a cabo pelas linhas globais são abissais no sentido em que eliminam definitivamente quaisquer realidades que se encontrem do outro lado da linha. Esta negação radical de co-presença fundamenta a afirmação da diferença radical que, deste lado da linha, separa o verdadeiro do falso, o legal do ilegal. O outro lado da linha compreende uma vasta gama de experiências desperdiçadas, tornadas invisíveis, tal como os seus autores, e sem uma localização territorial fixa (Santos, 2007: 6).

Se o pensamento moderno é abissal, é necessário um pensamento alternativo de alternativas para superá-lo, o que surge após a crítica à epistemologia convencional e uma mudança radical quanto ao ponto de partida da concepção do conhecimento:

A posição de Santos consiste em tomar como ponto de partida da sua concepção de conhecimento a experiência e o mundo dos oprimidos. Esta posição difere da dos pragmatistas clássicos, na medida em que toma deliberadamente o partido de privilegiar critérios de avaliação dos conhecimentos assentes na defesa e promoção da vida e da dignidade dos oprimidos. (...) Na perspectiva de Santos, o critério de avaliação de um dado conhecimento depende do modo como ele afecta a condição dos oprimidos. Uma epistemologia pragmática é, pois, indissociável do reconhecimento do carácter constitutivo da normatividade na produção de conhecimento e na sua avaliação.

(...) A epistemologia do Sul, ao mesmo tempo que explora o legado do pragmatismo, com o qual partilha a ideia da indissociabilidade da produção de conhecimento e da intervenção transformadora no mundo, apresenta, contudo, a diferença em relação a ele de se situar explícita e inequivocamente do lado dos subalternos e dos oprimidos, conferindo às noções de comunidade ou de público um conteúdo mais preciso do que o fizeram pragmatistas como Dewey e acentuando os aspectos conflituais ou agonísticos do envolvimento activo com o mundo, que decorrem de uma diversidade de formas de desigualdade e de opressão e de resistência a elas (Nunes, 2009: 227).

A ciência e a epistemologia não desaparecem no quadro de um pensamento pós-abissal, mas passam a existir numa configuração distinta de saberes: a ecologia de saberes. Uma parte importante desse projeto será a interrogação e redefinição dos

critérios e procedimentos que permitem estabelecer o que conta como conhecimento ou como saber (Nunes, 2009).

Santos formula três conjuntos principais de questões, relacionados com a identificação de saberes, com os procedimentos que permitem relacioná-los entre si e com a natureza e avaliação das intervenções no mundo real que possibilitam (Santos, 2007: 33).

O caminho apontado por este conjuntos de interrogações parte de dois postulados: (i) reconhecimento da dignidade e da validade de todos os saberes e; (ii) recusa do relativismo, ou seja, da ideia de que todos os saberes se equivalem. Dessa forma, reconhecer a validade e dignidade de todos os saberes implica que nenhum saber poderá ser desqualificado antes de ter sido posta à prova a sua pertinência e validade em condições situadas e, ao mesmo tempo, a nenhuma forma de saber ou de conhecimento deve ser outorgado privilégio de ser considerada mais adequada ou válida do que outras sem que seja submetida a essas condições situadas e avaliadas pelas suas consequências (Nunes, 2009).

Segundo uma ecologia de saberes, a lógica da monocultura do saber e do rigor científicos tem de ser confrontada com identificação de outros saberes e de outros critérios de rigor que operam credivelmente nas práticas sociais (Santos, 2006).

O projecto de uma epistemologia do Sul é indissociável de um contexto histórico em que emergem com particular visibilidade e vigor novos actores históricos no Sul global, sujeitos colectivos de outras formas de saber e de conhecimento que, a partir do cânone epistemológico ocidental, foram ignorados, silenciados, marginalizados, desqualificados ou simplesmente eliminados, vítimas de epistemicídios tantas vezes perpetrados em nome da Razão, das Luzes e do Progresso.(...) Os critérios que permitem determinar a validade desses diferentes saberes deixam de se referir a um padrão único – o do conhecimento científico – e passam a ser indissociáveis da avaliação das consequências desses diferentes saberes na sua relação com as situações em que são produzidos, apropriados ou mobilizados (Nunes, 2009: 233)

Assim, o resgate do universo de experiências desperdiçadas devido à invisibilidade imposta pelas linhas abissais pode oferecer importante contribuição para o pensamento de alternativas e para o debate social, graças à participação daqueles estão no centro desses processos de invisibilização, invertendo-se assim a lógica do pensamento abissal.

O Protagonismo das Populações Vulneráveis na Produção de Conhecimento

Diante de um contexto de uma série de conflitos socioambientais resultantes do modelo capitalista hegemónico, a busca alternativa por caminhos para lidar com os efeitos desse sistema encontra nos atores sociais diretamente atingidos um indicativo.

O retorno a uma atitude de questionamento e debate permanente e aberto sobre o sentido e a aplicação dos diferentes saberes é hoje uma necessidade urgente. O próprio desenvolvimento tecnológico e os problemas que cria – das questões éticas e políticas decorrentes das novas fronteiras da biotecnologia e dos novos problemas da saúde pública aos impactos ambientais, sanitários, económicos e políticos das sementes transgénicas, do uso de fertilizantes tóxicos, ou da construção de grandes barragens – obrigam-nos a enfrentar os desafios e envolver de maneira construtiva no debate e na pesquisa de soluções todos os actores que directa ou indirectamente estejam ligados a esses problemas (Santos et al, 2004: 22).

Porto e Finamore abordam em artigo intitulado *Riscos, saúde e justiça ambiental* (2012) a questão dos limites epistemológicos e políticos para a produção de conhecimento e alternativas que possibilitem o avanço na construção de sociedades mais justas e sustentáveis. Nesse sentido discutem a participação das comunidades em situações de injustiça ambiental na produção de conhecimento e destacam a importância do saber local para analisar os riscos ambientais e/ou seus efeitos à saúde coletiva.

Surge aqui a questão da forma de se abordar o risco e a crítica dá-se ao fato de o modelo hegemónico não conferir àqueles em situação de risco o direito de decidir como lidar com o risco. As populações expostas aos riscos raramente têm voz nas estratégias usadas para o gerenciamento dos riscos (Porto e Finamore, 2012).

Isso porque o universo de conhecimento com que lidam essas populações vulneráveis é relegado a uma posição hierarquicamente inferior ao conhecimento científico. Assim, seus argumentos partem de uma posição de inferioridade. Por exemplo, num debate sobre a decisão de implementação de uma grande obra estruturante para o modelo de desenvolvimento capitalista, a argumentação de sacralidade da terra não é válida contra o argumento da necessidade da obra para a sustentação do sistema económico. Extrativismo e hidroelétricas em territórios indígenas são um bom exemplo disso. No final das contas, busca-se uma compensação que nem sempre é o que as comunidades afetadas desejam. Da mesma forma, a

própria definição de comunidade afetada passa por critérios unilaterais, não considerando a voz daqueles que alegam para si tal condição.

É a monocultura do saber, que consiste na transformação da ciência moderna e da alta cultura em critérios únicos de verdade e de qualidade estética. Aqui a não-existência assume a forma da ignorância ou incultura e o resultado disso é a invisibilização de suas demandas. (Santos, 2006)

Esta questão na prática tem duas dimensões relevantes, a epistemológica e a política. A primeira diz respeito às incertezas acerca dos riscos e à incapacidade de controlá-los. Relaciona-se diretamente com a abordagem científica hegemônica da modernidade. A segunda tem a ver sobretudo com a questão da injustiça ambiental. Normalmente as populações atingidas são as mais pobres, vulneráveis e desprovidas de poder político, e isto favorece uma subestimação dos riscos e desvalorização da vida humana nos cálculos de investimentos, nos processos acelerados de licenciamento ambiental, assim como a falta de política precaucionária em prol das expectativas positivas de crescimento econômico (Porto e Finamore, 2012).

Nesse sentido, Santos, Meneses e Nunes (2004) abordam a questão do exclusivismo epistemológico da ciência, que veio a legitimar a autonomia dos cientistas e dos especialistas na tomada de decisões sobre assuntos considerados de especialidade, e que remeteu o cidadão para um espaço de silêncio, ao atribuir-lhe o estatuto de mero observador e consumidor da ciência:

Quando as soluções técnicas chocam com o conhecimento prático e a experiência sócio-cultural dos cidadãos envolvidos e esse choque é politizado por via da mobilização organizada dos cidadãos, é frequente que essas soluções acabem por ser questionadas por outros cientistas e técnicos, dando assim testemunho da pluralidade interna da ciência que referimos atrás. Esta relativização do técnico – a ideia de que para problemas complexos existe, em princípio, mais do que uma solução técnica e de que a opção entre elas, longe de ser exclusivamente técnica, é também política, social, cultural ou econômica – está hoje na origem de uma das vertentes da democratização da ciência, que consiste na luta por um diálogo cada vez mais amplo e profundo entre cientistas e cidadão, entre ciência e cidadania (Santos et al, 2004: 47-48).

Enquanto ecologia de saberes, o pensamento pós-abissal tem como premissa a ideia da diversidade epistemológica do mundo, isto é, o reconhecimento de uma pluralidade de formas de conhecimento além do conhecimento científico, uma vez que este é produto do pensamento abissal e não se encontra distribuído socialmente de forma

equitativa e as intervenções no mundo real que favorece tendem a ser as que servem os grupos sociais que têm maior acesso a este conhecimento (Santos, 2007).

Mais um exemplo da geração de conflitos em decorrência desse processo de invisibilização, são referidas as fortes tensões no diálogo entre instituições e profissionais de saúde com as populações atingidas e as Organizações de Justiça Ambiental (OJA) em torno dos estudos epidemiológicos. Isso porque estes, de uma forma conservadora, normalmente revelam associações estatísticas válidas para coletivos ou populações maiores do que pequenas comunidades, o que se distancia da realidade das populações vulneráveis e não ajuda muito para estabelecer nexos causais para as doenças de forma individual e/ou para os grupos expostos em menor número e contextos de exposição específicos que não são considerado pelos estudos criticados por essas populações (Porto e Finamore, 2012).

Diante disso estudos epidemiológicos praticados na maioria dos casos, apresentam grandes dificuldades para apresentarem conclusões significativas para a promoção e proteção da saúde pública nos casos da populações atingidas.

É exatamente diante das limitações políticas e epistemológicas apresentadas pelo modelo hegemônico que a busca das populações vulneráveis assumirem-se como sujeitos ativos da própria realidade que vivenciam apresenta-se como um exercício do pensamento pós-abissal. Isso implica em reconhecer a relevância do conhecimento local para uma percepção mais ampla dos riscos ambientais e outras formas de violência impostas por agentes econômicos poderosos, ou ainda pela omissão ou mancomunação de instituições públicas que deveriam estar a serviço da proteção ambiental, da saúde pública e dos direitos humanos (Porto e Finamore, 2012).

Por fim, trago ainda outro exemplo do que se está a falar com uma breve referência ao caso da ação social do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB – que busca dar visibilidade à luta das populações atingidas pelos impactos das construções de barragens no Brasil.

Este tipo de empreendimento é um para os quais há exigência constitucional de apresentação de estudos de impacto ambiental e seus respectivos relatórios de impactos ambientais (EIA/RIMA). Ocorre que os estudos apresentados nas mais diversas barragens até hoje construídas no Brasil diferem muito pouco entre si no capítulo em que abordam as questões socioeconômicas. Quer dizer,

independentemente de onde seja o empreendimento a abordagem para com os impactos sociais é sempre muito parecida, como se as populações atingidas fossem sempre um conjunto abstrado de pessoas amontoadas em determinada região, desconsiderando a cultura e a relação de cada povo com o meio ambiente onde vivem e as práticas sociais típicas de cada comunidade.

Normalmente os estudos técnicos contentam-se em produzir sugestões para minimizar ou reparar os impactos ou – na linguagem normalmente utilizada – prevenir os riscos que se abatem sobre as populações. Entretanto, até hoje nenhum desses relatórios técnicos foi capaz de prever o surgimento de movimentos de resistência e os conflitos decorrentes desses grandes empreendimentos com as populações afetadas.

Tais insuficiências somente podem ser explicadas pela existência de uma espécie de ponto cego no instrumental teórico-conceitual que, por assim dizer, ambientaliza, ou melhor, naturaliza as populações representando-as, ipso facto, como incapazes de se constituírem em sujeitos aptos a se conceberem enquanto portadores de direitos e interesses, e, em consequência, a se constituírem em atores em condições de operar autonomamente na transformação do ambiente de implantação das barragens em arena de conflito social e político (Vainer, 2004: 186).

Esse silêncio é ideologicamente fundado e tecnicamente produzido dentro da lógica do pensamento abissal e da monocultura do saber. Todavia, a ação social dos movimentos de resistência contra a implementação de barragens esforça-se para tornar visível esses conflitos, bem como suas histórias e memórias de lutas que iniciaram na década de 70 e deram origem, já nos anos 90, a uma organização nacional com crescente repercussão internacional, o Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB (Vainer, 2004).

O caso do MAB é mais um dentre tantos exemplos da capacidade de organização por parte de populações atingidas a partir da realidade de conflitos com o modelo hegemónico, e da consequente produção de conhecimento a partir das suas experiências que, entretanto, luta contra processos de invisibilidade e descrédito do conhecimento produzido a partir de um saber rival ao hegemónico.

Considerações Finais

Diante da discussão proposta neste texto cabe aqui realizar algumas considerações, e, sobretudo, deixar alguns questionamentos que surgem nesse contexto e que nos indicam um caminho para futuras investigações a partir das premissas aqui abordadas.

O desafio que fica após o que foi exposto neste ensaio pode ser resumido na seguinte expressão: Aprender com o Sul global através das epistemologias do Sul.

Trata-se, sem dúvida, de um deslocamento do lugar do pensamento crítico, condição fundamental para o pensamento pós-abissal e para a ecologia de saberes.

Optei por contextualizar a discussão teórica trazendo genericamente o caso do modelo de desenvolvimento brasileiro por entender que a teoria aqui discutida é muito mais bem compreendida com o auxílio de casos concretos. Mais que isso, a teoria aqui discutida é base para uma ciência que busca uma relação direta com a ação social emancipadora, que busca resgatar a experiência desperdiçada pelo modelo científico hegemônico.

Foi intenção nestas breves linhas chamar atenção para uma forma como o pensamento abissal opera através da ciência moderna um epistemicídio (Santos et al, 2004), silenciando e invisibilizando um universo de conhecimentos e experiências existentes.

Trata-se da experiência vivida e do conhecimento produzido a partir de um cenário de injustiça ambiental denunciada a partir de conflitos entre as populações mais vulneráveis que são atingidas pelo capitalismo globalizado hegemônico na sua relação com o modelo brasileiro. O pensamento pós-abissal e a ecologia dos saberes podem ser uma forma emancipadora de lidar com o conhecimento produzido a partir desses conflitos.

Ainda, a partir de conceitos aqui discutidos e do contexto brasileiro, surgem alguns questionamentos, os quais mostram-se campo fértil para o aprofundamento unindo a investigação científica e a ação social, mas que convém já agora apresentá-los.

Em que medida o Brasil ao adotar um modelo do Norte global fundamentado no pilar do conhecimento científico, desperdiça as experiências e os conhecimentos do Sul global, e como o resgate destes conhecimentos pode contribuir para repensar a relação entre desenvolvimento e natureza?

No que diz respeito à gestão e avaliação de riscos, como podem as epistemologias do Sul contribuírem para uma melhor avaliação prévia dos riscos inerentes ao modelo de desenvolvimento brasileiro no que tange aos impactos socioambientais?

Como os conflitos invisibilizados pelo modelo hegemónico podem servir de aprendizado acerca da perspectiva das populações atingidas e da sua percepção de conceitos como qualidade de vida e saúde ambiental?

Como estas populações percebem o conceito de desenvolvimento? Como elas percebem os impactos dos grandes empreendimentos e do desenvolvimento na sua qualidade de vida, cultura e saúde?

Qual a percepção das populações atingidas enquanto sua própria condição de vulneráveis e atingidas? Isto é, como se constituem as noções de populações atingidas por elas próprias? Como é o confronto entre as visões dos empreendedores, governo e das próprias populações, definições de problemas e vocabulários; constituição enquanto vítima e/ou sujeitos ativos e protagonistas?

Que tipo de sutilezas são perdidas/desperdiçadas pelas políticas públicas quando os projetos são desenvolvidos sem considerar o protagonismo na produção de conhecimento das populações locais?

Em que medida as epistemologias do Sul são uma ferramenta relevante para rivalizar com os conhecimentos hegemónicos e com o modelo tecno-científico na tarefa de compreender o sistema-mundo e de oferecer melhor qualidade de vida às pessoas?

Estas são algumas das questões que surgem neste primeiro momento a partir da discussão teórica iniciada neste ensaio, que indicam um caminho a percorrer, mas que, todavia, não se tratam de questões fechadas ou exaustivas, muito pelo contrário. Apenas indicam uma direção que com o aprofundamento teórico e com estudos de caso poderão assumir outras dimensões e contornos a partir do terma aqui esboçado.

Referências Bibliográficas

Bresser-Pereira, L. C (2003), *Desenvolvimento e Crise no Brasil: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula*. São Paulo: Editora 34.

Carneiro, F. F., Netto, G. F., Corvalan, C., Freitas, C. M., & Sales, L. B. (2012), Saúde ambiental e desigualdades: construindo indicadores para o desenvolvimento sustentável, *Ciência & Saúde Coletiva*, 17, 1419-1425.

Fundação Osvaldo Cruz - FIOCRUZ. (s.d.), "Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil". Obtido em 25 de fevereiro de 2013, de Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: <http://www.conflitoambiental.iciet.fiocruz.br/index.php>

Gonçalves, R. (14 de setembro de 2011), "Governo Lula e o Nacional-desenvolvimentismo às Avessas". Obtido em 20 de 12 de 2012, de http://www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/texto_nacional_desenvolvimentismo_as_avessas_14_09_11_pdf.pdf

Governo Federal do Brasil; Eletrobrás; Ministério de Minas e Energia (maio de 2009), "EIA-RIMA". Obtido em 2 de janeiro de 2013, de Consórcio Belo Monte: <http://consorciobelomonte.blogspot.pt/p/eia-rima.html>

Ministério da Integração Nacional (2010), "Plano de Desenvolvimento Sustentável do Xingu". Obtido em 2 de janeiro de 2013, de Ministério da Integração Nacional: <http://www.mi.gov.br/desenvolvimentoregional/pdrs/>

Morais, L., & Saad-Filho, A. (outubro-dezembro de 2011), "Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula", *Revista de Economia Política*, 31, pp. 507-527.

Movimento dos Atingidos por Barragens (08 de janeiro de 2013), "Usina de Belo Monte: sobram investimentos e faltam direitos". Obtido em 10 de janeiro de 2013, de Movimento dos Atingidos por Barragens: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/usina-belo-monte-sobram-investimentos-e-faltam-direitos>

Movimento Xingu Vivo Para Sempre (09 de novembro de 2012) "Belo Monte: justiça já". Obtido em 10 de janeiro de 2012, de Xingu Vivo: <http://www.xinguvivo.org.br/2012/11/09/beleo-monte-justica-ja/>

Nunes, J. A. (2009), "O Resgate da Epistemologia", in B. d. Santos, & M. P. Meneses, *Epistemologias do Sul* (pp. 215-242). Coimbra: Almedina.

Porto, M. F. (2007), *Uma ecologia política dos riscos: princípios para integrarmos o local e o global na promoção da saúde e da justiça ambiental*. Rio de Janeiro: Fiocruz.

Porto, M. F., & Finamore, R. (junho de 2012), "Riscos, saúde e justiça ambiental: o protagonismo das populações atingidas na produção de conhecimento", *Ciência & saúde coletiva*, 17, pp. 1493-1501.

Porto, M. F., & Milanez, B. (dezembro de 2009), "Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental", *Ciência & Saúde Coletiva*, 14, pp. 1983-1994.

Santos, B. d. (2006), *A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez.

Santos, B. d. (2007). Para Além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78, 3-46.

Santos, B. d., Meneses, M. P., & Nunes, J. A. (2004), "Introdução: para ampliar o cânone da ciência", in B. d. Santos, *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais* (pp. 19-101). Porto: Edições Afrontamento.

Vainer, C. B. (2004), "Águas para a vida, não para a morte. Notas para uma história do movimento de atingido por barragens no Brasil", *Justiça ambiental e cidadania*, 185-215. Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumará.